EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.925 - SP (2018/0313317-7)

RELATORA	**:**	**MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE	:	MÁRIO YONEYUKI MIYOSHI
EMBARGANTE	:	PALMIRO ANTONIO DA SILVA
EMBARGANTE	:	MITSUKO SUMIDA - ESPÓLIO
REPR. POR	:	LUIZ SADAMO SUMIDA - INVENTARIANTE
EMBARGANTE	:	MIGUEL BATISTA NICOMEDES - ESPÓLIO
REPR. POR	:	IRACEMA DE JESUS BATISTA - INVENTARIANTE
EMBARGANTE	:	GANDIRA RIBEIRO TISEO - ESPÓLIO
REPR. POR	:	MARCO ANTONIO TISEO - INVENTARIANTE
EMBARGANTE	:	JANDIRA RIBEIRO TISEO - ESPÓLIO
REPR. POR	:	MARIANNA RIBEIRO TISEO ALENCAR - INVENTARIANTE
EMBARGANTE	:	NAIR BONATTI DE MOURA - ESPÓLIO
REPR. POR	:	WILSON DE MOURA - INVENTARIANTE
REPR. POR	:	WAGNER ANTONIO DE MOURA - INVENTARIANTE
EMBARGANTE	:	ISALTINO SERAFIM DOS SANTOS - ESPÓLIO
REPR. POR	:	ELISA FERREIRA DOS SANTOS PROENCA - INVENTARIANTE
EMBARGANTE	:	ELENICE DAS GRACAS FARIA BUENO
EMBARGANTE	:	SANTINO VIEIRA BORBA - ESPÓLIO
REPR. POR	:	ALICE PRESTES BORBA - INVENTARIANTE
EMBARGANTE	:	GENESIO CASTANHO - ESPÓLIO
REPR. POR	:	PEDRINA RODRIGUES DE ALMEIDA CASTANHO - INVENTARIANTE
ADVOGADOS	:	ALEXANDRO DALLA COSTA - PR035052
		SÉRGIO RICARDO ZENNI - SP275967
		LUIS HENRIQUE LEVENTI GRAEFF - SP327342
EMBARGADO	:	KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADOS	:	GRAZIELA SANTOS DA CUNHA - SP178520A
		ALEXANDRA PONTES TAVARES DE ALMEIDA E OUTRO(S) - SP126787
		MONIQUE SOARES BIZARRIA - SP390718

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos à decisão que determinou o retorno dos autos à origem onde deverão ficar suspensos pelo prazo de 24 meses para composição das partes ou, se não for o caso, sobrestados até o julgamento da repercussão geral reconhecida nos Temas n. 264, 165, 284 e 285 do STF.

A parte embargante pede a continuidade do feito.

É o relatório. Decido.

Conforme explicitado na decisão embargada, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, com base na sistemática prevista nos arts. 1.039, 1.040 e

1.041 do CPC/2015, na sessão de julgamento do dia 28 de novembro de 2018, em questão de ordem suscitada pelo Ministro Raul Araújo nos Recursos Especiais n. 1.610.789/MT e 1.361.869/SP, decidiu suspender a tramitação de **todos** os processos em curso no Superior Tribunal de Justiça sobre a cobrança de diferenças de correção monetária em depósitos de caderneta de poupança decorrentes de expurgos inflacionários, independentemente da fase processual em que se encontrem (conhecimento ou execução), mesmo que o recurso especial veicule matérias de cunho processual, e determinar a sua devolução às instâncias de origem.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria posta a apreciação desta Corte foi julgada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte Embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2.º, do Código de Processo Civil).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente